

A QUESTÃO DA LÍNGUA: REVISITANDO ALENCAR, MACHADO DE ASSIS E CERCANIAS

Carlos Alberto Faraco

Universidade Federal do Paraná

RESUMO: *O presente artigo revisita alguns textos brasileiros do século XIX sobre a questão da língua, coletados por Edith Pimentel PINTO (1978), com o objetivo de colher subsídios para uma compreensão crítica das origens do nosso modo de entender a língua, tradicionalmente enraizado na separação estrita entre norma padrão (falada) e norma cultuada (escrita); e na síndrome do erro.*

ABSTRACT: *In this article, the author analyses some Brazilian texts of the nineteenth century on the great question around the standard language in Brazil, collected and published by Edith Pimentel PINTO (1978). The main objective is to obtain some data in order to understand critically the origins of the ways we traditionally conceive the standard language in Brazil, that is, putting drastically apart the spoken standard language and the cultivated written language; and giving predominance to a sort of a syndrome of the error.*

AO SE ABORDAR a questão da língua portuguesa no Brasil, certamente um dos temas mais interessantes é esquadrihar os complexos caminhos que nos levaram a construir um fosso profundo entre a norma culta e a norma cultuada, ou seja, entre o que os letrados usam em sua fala formal e o que se codificou como correto na escrita. Há quase dois séculos a elite letrada brasileira vive uma situação de esquizofrenia lingüística e uma conseqüente síndrome do erro que afeta pesadamente nosso imaginário sobre a língua, nossas relações sociais e o ensino de português.

Pagotto (1998) traz uma rica contribuição para o estudo desse tema. Comparando os textos constitucionais de 1824 e 1891, o autor mostra que eles foram escritos em gramáticas diferentes e, com isso, sustenta que a norma escrita mudou significativamente no correr do século XIX. E mudou não na direção de um seu abasileiramento (isto é, de uma aproximação do padrão escrito ao padrão falado aqui), mas na direção

contrária, isto é, na busca de uma identificação com o padrão lusitano que se firmara com o Romantismo.

Averiguar em detalhes como se deu esse processo é tarefa que cumpre realizar: precisamos entender criticamente a origem dos nossos tormentos lingüísticos como parte de uma reconstrução do nosso imaginário sobre a língua. O presente artigo – revisitando alguns textos do século XIX sobre a questão, coletados por Edith Pimentel PINTO (1978) – tem o objetivo de participar dessa não simples, mas ainda e cada vez mais necessária tarefa.

Em uma primeira análise, a direção da mudança apontada por PAGOTTO poderia ser avaliada como um paradoxo. Afinal, o país se tornara independente politicamente e se poderia imaginar que, no processo de construção de sua identidade nacional, viesse a privilegiar suas características diferenciadoras.

Contudo, PAGOTTO (1998), seguindo o historiador Antonio Gil, desfaz o aparente paradoxo, mostrando que a lusitanização progressiva da norma escrita, num período de 65 a 70 anos, se encaixa perfeitamente no projeto político da elite brasileira pós-independência de construir uma nação branca e europeizada, o que significava, entre outros muitos aspectos, distanciar-se e diferenciar-se do *vulgo* (para usar uma expressão comum nos textos dos intelectuais do século XIX), isto é, da população etnicamente mista e daquela de ascendência africana, que constituíam, sem dúvida, um estorvo grande àquele projeto. Vale lembrar, neste ponto, que, não por acaso, a elite defenderá abertamente, mais tarde, a chamada “higienização da raça”.

Para mostrar a força daquele projeto, é interessante lembrar que, em 1854, o intelectual maranhense João Francisco Lisboa (1812-1863), de bastante prestígio, conforme se depreende de sua biografia (foi, por exemplo, incumbido pelo governo imperial de coletar em Portugal documentos importantes para nossa história), ao comentar (em texto de 1854) a obra de História do Brasil de Varnhagen, elogia em especial o fato de aquele autor apontar o caráter europeu do país. São suas as seguintes palavras (*apud* PINTO, p. 29-30):

Uma razão superior o ilumina, e as suas palavras tornam-se eloqüentes quando trata de demonstrar que o elemento europeu é quem constitui, principal e essencialmente, a nossa nacionalidade atual. (...) Como consequência desta grande verdade o autor estabelece igualmente que é com o elemento europeu, cristão e civilizador, que devem andar

abraçadas as antigas glórias da pátria, e portanto a história nacional, cujas fontes não podem remontanar mais longe.

Em suma, cabia sim romper a dependência política com a antiga metrópole, mas sem deixar de a ela se assemelhar. A discussão de João da Silva Lisboa é, nesse sentido, bastante esclarecedora. Perguntava ele aos leitores se receavam o predomínio dessa origem e só por isso julgavam ainda avassalados à antiga metrópole. Na resposta, descarta esse receio com a metáfora de que o Brasil é o filho emancipado que não continua sob o pátrio poder “só porque assemelha o pai na índole e nas feições, tem os mesmos hábitos, fala a mesma língua, professa a mesma religião, e obedece às mesmas leis”.

Esse texto é duplamente significativo. Primeiro, por revelar que, três décadas depois da Independência, as semelhanças com Portugal ainda podiam incomodar nosso senso de país independente (que outra razão para a pergunta aos leitores?). E, segundo, por deixar claro que é nessas semelhanças que estava o essencial da “nossa nacionalidade atual”.

Em outros termos, o que José Francisco Lisboa estava dizendo é que éramos emancipados, mas que não deixáramos, por isso, de ser europeus. Desse modo, era indispensável continuar cultuando aquilo que na antiga metrópole representava aos olhos da elite de cá uma superioridade cultural, um índice de civilização.

Essa opção, contudo, não era nada fácil de realizar em termos de língua. Nessa esfera, a elite vivia complexas contradições. Duas realidades eram evidentes para todos: o português de cá tinha diferenças em relação ao português de lá; e aqui dentro o “nosso” português diferia do português do “vulgo”. Na construção do novo país, como resolver esse duplo eixo de diferenças?

O caminhar da carruagem vai constituindo, desde a Independência, dois grupos distintos: um conservador, purista; e outro, defensor da absorção, na escrita, de características próprias de um certo modo brasileiro de falar a língua.

Já nos primeiros anos da década de 1820 são visíveis essas duas posições. Em José Honório RODRIGUES (1985), coletam-se exemplos de uma certa preocupação purista. Reproduz ele trechos dos debates, na Assembléia Constituinte de 1823, sobre a melhor localização da futura universidade do país.

O grande argumento para sediá-la no Rio de Janeiro é exatamente o da conservação da pureza da língua. Segundo um dos constituintes, era na Corte que melhor se falava o português no Brasil: “Nas províncias há dialetos, com seus particulares defeitos.” E a crítica era explícita ao “dialeto de São Paulo”, por sua “pronúncia mui desagradável” e por ser “menos correto”.

Um primeiro indício da posição contrária ao purismo pode ser lido na “Advertência” (escrita em 1825 e reproduzida em Edith Pimentel PINTO, p. 9) que José Bonifácio antepõe à sua tradução da *Ode Primeira das Olímpicas de Píndaro*. Nesse texto, o autor convoca os “futuros engenhos brasileiros”, “agora que *se abre nova época no vasto e nascente Império do Brasil à língua portuguesa*” (grifo nosso) para que ousem enriquecer a língua com muitos vocábulos novos (em especial para atender às necessidades da tradução). Tem ele certeza de que, “*apesar de franzirem o beijo os puristas acanhados*, chegará o português, já belo e rico agora, a rivalizar em ardimento e concisão com a língua latina, de que traz a origem” (grifo nosso).

Esse mesmo senso de nova época, de enriquecimento da língua no novo país e de crítica aos puristas acanhados retornará, no futuro, na voz dos defensores do “dialeto brasileiro” ou do “estilo brasileiro” a que se deveria dar legitimidade na escrita.

Para a elite mais conservadora, as contradições que envolviam a questão da língua se resolviam pelo discurso da unidade: há uma só língua e cumpre preservar sua pureza, que nos é dada pelos portugueses, seus legítimos e únicos proprietários. Nesse sentido, o português de cá deveria aproximar-se do de lá, seguindo como modelo os escritores lusitanos.

Texto exemplar desse modo de dizer a questão da língua é o discurso que Joaquim Nabuco veio a proferir na Academia Brasileira de Letras, em 1897, do qual reproduzimos o seguinte trecho (*apud* PINTO, p. 197-8):

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à de-formação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. A língua é um instrumento de idéias que pode e deve ter uma fixidez

relativa. Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época...Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano ou Garrett e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira.

Lembrando do velho projeto da elite brasileira de construir uma sociedade branca e europeizada, não é certamente gratuita a referência de Nabuco à pureza da “raça portuguesa” para sustentar, já no fim do século XIX, seu argumento de serem os portugueses os que melhor guardam o idioma, cabendo aos brasileiros a eterna vassalagem.

Esse discurso conservador, tão claramente delineado no texto de Nabuco, veio se construindo nas décadas anteriores. Nesse processo, exerceram, sem dúvida, importante papel as várias acusações de incorreção lingüística que intelectuais portugueses fizeram, principalmente a partir dos fins dos anos 60, a escritores brasileiros. Contribuíram elas para reforçar a identificação da diferença com o “erro”; e para tornar correntes, seja a matriz discursiva que desmerece as relações dos brasileiros com a língua (reportada criticamente já por Gonçalves Dias em 1857: “Lembrou-me nessa mesma ocasião o que por lá e por cá se diz de como menosprezamos a boa linguagem” – *apud* PINTO, p. 33); seja a prática de rastrear e catalogar “erros”.

Embora desnecessário, vale, neste ponto, destacar que tanto aquela matriz discursiva quanto esta prática continuam bem presentes e fortes entre nós. Basta ver o sucesso atual dos consultórios gramaticais da imprensa, dignos sucessores da fúria condenatória de Cândido de Figueiredo em sua coluna “O que se não deve dizer”, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, no começo do século XX. O discurso desses consultórios gramaticais se funda exatamente na imagem construída no século XIX e ainda hoje acriticamente repetida por boa parte da população escolarizada de que nós brasileiros não sabemos português, cabendo ao “Pai gramatical” a tarefa de denunciar impiedosamente os nossos “erros” e corrigi-los, tomando como referência um modelo gramatical anacrônico, artificial e arbitrário, igualmente fixado no século XIX.

Para o outro segmento da elite oitocentista, era importante abrasileirar a língua escrita (para usar o termo de José de Alencar). São os portadores

de um discurso mais nacionalista, marcado por uma certa euforia pela causa e pelas coisas nacionais. Tomavam em particular a diferença lexical como fator de enriquecimento da língua (Alencar vai falar também nas diferenças de sintaxe) e defendiam seu franco aproveitamento na literatura que aqui se produzia.

Justificavam esse abasileiramento ora com o argumento das necessidades expressivas dos artistas (*Gonçalves Dias*: "...devemos admitir tudo o de que precisamos para exprimir coisas ou novas ou exclusivamente nossas." – *apud* PINTO, p. 38. *José de Alencar*: "Sempre direi que seria uma aberração de todas as leis morais que a pujante civilização brasileira, com todos elementos de força e grandeza, não aperfeiçoasse o instrumento das idéias, a língua." – *apud* PINTO, p. 76.), ora com o da recepção da literatura pelo povo (*José de Alencar*: "Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende, e que lhes traduz os usos e sentimentos." – *apud* PINTO, p. 123).

E coroavam esses argumentos com os princípios da inevitabilidade da transformação das línguas (*Gonçalves Dias*: "A minha opinião é que ainda, sem o querer, havemos de modificar altamente o português." – *apud* PINTO, p. 38. *José de Alencar*: "A revolução é irreversível e fatal, como a que transformou o persa em grego e céltico, o etrusco em latim, e o romano em francês, italiano, etc.; há de ser longa e profunda, como a imensidade dos mares que separa os dous mundos a que pertencemos." – *apud* PINTO, p. 75) e do uso como critério legitimador das formas da língua (*José de Alencar*: "Como, porém, os dous melhores mestres que eu conheço da arte de falar são o bom senso e o uso..." – *apud* PINTO, p. 124).

É interessante observar que Alencar incluía esses dois últimos princípios em seus arrazoados como argumentos de autoridade, isto é, apelando à voz dos especialistas (lingüistas), mostrando-se, portanto, conhecedor das atividades científicas que vinham redesenhando, na Europa, o estudo das línguas. Começava ali um processo de se atribuir à ciência da linguagem a tarefa de arbitrar as divergências, atitude que voltará durante todo o século XX, à medida que a filologia e, depois, a lingüística se estabelecem entre nós.

Contudo, essa argumentação típica dos defensores de um "estilo brasileiro" ou de um "dialeto brasileiro" com foro de cidadania não fluía sem ressalvas, porque, afinal, a questão não se esgotava na contraposição do português de lá com o de cá; havia que se resolver a diferença interna

entre o português da elite e o português popular. O problema crucial que se levantava para esses intelectuais era como admitir o uso como critério de legitimação e a inevitabilidade da transformação das línguas e, ao mesmo tempo, manter o português popular excluído de qualquer legitimação.

É certamente por isso que a argumentação fluía sempre com certo arroubo, mas era logo nuançada por ressalvas. Assim é que Gonçalves Dias, naquilo que poderia ser uma espécie de manifesto dessa matriz discursiva, depois de dizer “que ainda, sem o querer, havemos de modificar altamente o português”; e “que devemos admitir tudo o de que precisamos para exprimir coisas novas ou exclusivamente nossas”, vê-se na necessidade de ressaltar que “uma só coisa fica e deve ser eternamente respeitada: a gramática e o gênio da língua.” (*apud* PINTO, p. 38)

É oportuno perguntar a quem era dirigida essa ressalva? Por que, em meio ao discurso da mudança e do enriquecimento lingüístico, era necessário asseverar, com força, que há na língua algo que permanece, que fica e que deve ser “eternamente” respeitado?

A ressalva era, certamente, uma espécie de concessão à voz purista; ou, talvez melhor, uma demarcação de convergência (‘Somos também conservadores’); ou, ainda, uma resposta a um comentário do tipo “Ah, então, tudo vale?” (ainda hoje tão comum nas discussões sobre a língua entre nós). No fundo, o grande ausente-presente que o obrigava a asseverar o “eterno” era, sem dúvida, o português popular. Se era necessário deixar claro que abraçar não significava abandonar a leitura e o estudo dos clássicos (ressalva, aliás, que todos os defensores do abraçamentismo faziam), mais necessário era deixar claro que abraçar não implicava escancarar as portas.

Em outros termos, a ressalva indica que duas coisas estavam claras para Gonçalves Dias: a estratificação sociolingüística do português de cá (embora não o dissesse com todas as letras); e a compatibilidade entre construir uma norma escrita abraçamentada e recusar legitimidade ao português popular.

A expressão “povo”, portanto, tão corrente nos argumentos futuros de Alencar e de outros, não remete ao conjunto da população, mas apenas aos pares letrados, muito embora Gonçalves Dias (e, depois, também Alencar – *apud* PINTO, p. 122) use critérios quantitativos brutos como parte de sua argumentação, fazendo a pergunta (retórica, para ele): “Os 8 ou 9 milhões de brasileiros terão o direito de aumentar e enriquecer a

língua portuguesa e de acomodá-la às suas necessidades como os 4 milhões de habitantes que povoam Portugal?" (*apud* PINTO, p.33).

O raciocínio básico, por conseguinte, era: mudança e riqueza sim, mas há limites. Somos defensores de um abasileiramento da língua escrita, mas não toleramos todo e qualquer fenômeno lingüístico que aqui ocorre. Ora, esse raciocínio revela, *grosso modo*, um entendimento claro do processo normativo, que se realiza exatamente selecionando e privilegiando e, ao mesmo tempo, excluindo formas.

Todos os que lidam com a ciência da linguagem sabem que o processo histórico de construção de um padrão de língua envolve uma complexidade não facilmente destrinchável, porque há aí não só um entrelaçamento intrincado de fenômenos de língua, de estratificação sociolingüística e de valorações socioculturais, mas também um contínuo e inexorável processo de mudança de todos esses elementos.

Resulta daí uma realidade em que conflitam permanentemente o idealizado e o praticado; o relativamente estático e o permanentemente móvel. E esse conflito se magnifica quando se acrescentam ao quadro as diferenças entre as práticas orais e as escritas, à medida que sobre estas o poder de polícia sociolingüística – que busca estancar as mudanças – é muito maior.

Diante desses conflitos materializam-se diferentes atitudes políticas, desde um conservadorismo radical (que, no fundo, tem a pretensão de parar o movimento e, em geral, não recobre apenas questões lingüísticas como tais, já que elas estão sempre imbricadas com outras questões políticas) até um conservadorismo flexível (que busca compatibilizar o cultivo de um padrão e o reconhecimento da inexorabilidade das mudanças, atitude também não restrita apenas a questões lingüísticas como tais).

Ocioso dizer que traçar limites naquele complexo quadro lingüístico (isto é, dizer onde começa e onde termina a norma padrão) não é tarefa fácil. Talvez até pudéssemos dizer com mais propriedade que essa tarefa é, na prática, impossível para uma língua das dimensões geográficas, sociais e culturais do português, em face da imensa variabilidade de formas admissíveis como padrão e à mutabilidade permanente das estruturas lingüísticas.

A solução de Gonçalves Dias foi trazer à baila a figura mítica do *gênio da língua* (que terá longa vida entre nós) como a grande régua para se traçar os limites do admissível, como se a questão fosse exclusivamente

lingüística e como se a própria língua tivesse em si os critérios da estabilidade no mar das mudanças; do eterno no oceano do transitório.

O grande ausente-presente dos debates começará progressivamente a aparecer nominado em textos posteriores ao de Gonçalves Dias, seja por meio de referências genéricas, como em Alencar (“o grosseiro dialeto do vulgo” – *apud* PINTO, p. 76); seja, mais para o fim do século, em referências mais específicas, como no texto escrito em 1888 por Araripe Jr. em polêmica com Carlos de Laet (*apud* PINTO, p. 234):

Mas, ou eu me engano, ou o pensamento do Sr. João Ribeiro é muito diverso do que supõe o meu contraditor. As observações do filólogo português [Adolfo Coelho] estão abaixo da crítica, não porque não exista o dialeto brasileiro, mas porque naquelas foram confundidos o falar atravessado dos africanos e outros fenômenos desta ordem com o que se deve verdadeiramente considerar elemento novo na linguagem portuguesa.

Temos aí nominado, finalmente, com todas as letras, o principal personagem a incomodar tanto os puristas quanto os “brasileiros”: o português popular em geral (“outros fenômenos desta ordem”), especialmente o “falar atravessado dos africanos”.

Para os puristas, a luta tinha um único *front*: vencer todas as diferenças, eliminar qualquer perspectiva de abasileiramento da língua escrita, adotando para isso escritores portugueses como modelo.

Para os que reconheciam a legitimidade de certas diferenças brasileiras, havia dois *fronts*: vencer os puristas (“o excesso de lusitanismo”, nas palavras de Gonçalves Dias – *apud* PINTO, p. 33); e traçar os limites do admissível (estabelecer a “barreira às invasões descabidas da língua popular”, nas cristalinas palavras de José Veríssimo, escritas em 1888 – *apud* PINTO, p. 245).

Alencar já tratava dessa questão dos limites bem explicitamente na década de 1870. Em seu plano para um livro sobre a literatura brasileira, diz: “não se pretende que toda inovação seja boa – defende-se a idéia do progresso da língua, não o abuso que a acompanha.” (*apud* PINTO, p. 148)

E, aqui, como apontamos antes, parece residir o calcanhar-de-aquiles desse grupo: como distinguir a boa da má inovação? Ou a partir de que critérios barrar “as invasões descabidas da língua popular”?

Seriam os gramáticos a solução? Alencar especificamente descartava a possibilidade de se recorrer a eles para resolver as dúvidas: era crítico contumaz de seus julgamentos arbitrários.

Por outro lado, em suas réplicas aos críticos de seus livros, de seu “estilo frouxo e desleixado”, Alencar se esmerava em defender muitas das construções e vocabulário que utilizava, apontando-lhes a ‘nobreza clássica’, isto é, sua presença em autores consagrados da língua; ou a ocorrência de casos semelhantes já em latim. Acatava, portanto, o argumento antigo de ser legítimo aquilo que está nos escritores consagrados; ou ainda o argumento da ancianidade (se já estava em latim é, *ipso facto*, legítimo).

Se com esses movimentos argumentativos de remissão ao passado, Alencar legitimava seus usos e, ao mesmo tempo, procurava desacreditar seus detratores, acusando-os de ignorantes da história e dos clássicos da língua; não resolvia, contudo, a questão do que poderia ser considerado “boa inovação”, “progresso e não abuso”.

Para resolver esse impasse, Alencar apontou, naquele mesmo plano para o livro sobre a literatura brasileira, o caminho que considerava indispensável – um longo estudo empírico: “Para bem examinar essa questão, e saber se o dialeto brasileiro é um progresso ou uma decadência de língua, é preciso examinar o que é a língua portuguesa – Longo estudo, mas necessário – Nada de erudição: bom senso, e o fruto de algumas observações” (*apud* PINTO, p. 148).

Pode-se dizer, a partir desse texto, que, de certa forma, Alencar tinha consciência da relativa fragilidade de sua posição: em linguagem de hoje, se diria que lhe faltavam dados para manter sua argumentação em pé e era necessário buscá-los. Seria preciso, portanto, pesquisar “o que é a língua portuguesa”. Respondida essa questão por meio de longo estudo, estariam alcançadas as bases para estabelecer com segurança os limites entre inovação boa e má, entre progresso e decadência, entre o legítimo e o ilegítimo. Em outras palavras, estaria definido o tantas vezes mencionado (mas obscuro) *gênio da língua* e se teria o instrumento preciso de corte entre o “nosso” português e o português do “vulgo”.

No entanto, insistindo em reduzir a questão (como alguns fazem ainda hoje) a um problema de pesquisa empírica, se perderia o seu cerne, porque ela, de fato, não era (e continua não sendo) lingüística no sentido estrito. Desde o início, trata-se de uma questão fundamentalmente política, imbricada com outros fenômenos e valores que não apenas os lingüísticos.

O próprio Alencar não deixava de ter consciência dessa dimensão do problema: propunha como necessário o estudo empírico, mas combinado com o “bom senso”. Ora, o que é esse “bom senso” senão a entrada em cena de uma atitude política, o apelo a um certo entendimento, a um certo compromisso, a um certo consenso?

É bom lembrar que o mesmo apelo à pesquisa empírica como modo de nortear o estabelecimento de uma norma padrão menos artificial será feito mais à frente por filólogos e lingüistas, sem que isso, mesmo nos casos em que se deram passos concretos em tal direção, tenha tido qualquer efeito de mudança no discurso hegemônico que diz a língua no Brasil, o que reforça o caráter político da questão desde seu início.

Ao contrário dessa direção de enfrentamento do problema, os conservadores, tendo adotado o princípio da unidade da língua e escritores portugueses como modelo de correção, passaram a cultivar a prática de identificar os “erros” dos brasileiros. E, para “corrigi-los”, desenvolveram um febril esforço legiferante (em especial na década de 1880), buscando fixar, à base do mais puro arbítrio, a norma válida para a escrita.

Se Alencar tinha o cuidado de defender a necessidade do estudo empírico para deslindar a questão, os puristas simplesmente decretaram o que era certo com base apenas em suas impressões das diferenças. De nada adiantaram as sucessivas críticas ao arbitrário do processo: o projeto de uma nação branca e europeizada era muito mais forte do que qualquer dos argumentos levantados pelos defensores do abasileiramento da norma escrita. A rigidez com que se fixou a norma escrita não foi, portanto, mero capricho lingüístico. Os conservadores projetavam a questão da língua num quadro mais amplo: tratava-se de inviabilizar qualquer situação que aos seus olhos representasse ameaça de rompimento da ordem social por eles idealizada.

A vitória da lusitanização artificial da norma cultuada, por volta do fim do século XIX, conforme apontada por PAGOTTO (1998), mostra que foram insuficientes quer os argumentos pragmáticos da expressão artística e da recepção da literatura; quer o apelo aos argumentos de autoridade dos especialistas, dos cientistas da linguagem; quer as contundentes denúncias do caráter arbitrário da fixação dos padrões de correção; quer os apelos ao bom senso; quer ainda as ressalvas comuns nos intelectuais do segundo grupo de que a defesa do abasileiramento não significava descuidar-se do estudo dos clássicos da língua.

A remissão aos clássicos, aliás, como argumento para combater o arbitrário das regras de correção, mostrando que os fenômenos apontados como errados já ocorriam normalmente em seus textos, teve o efeito contrário: tornou-se comum entre os conservadores acusar os clássicos de terem errado, sempre que seus usos desmentiam as regras agora inventadas (conforme comenta, por exemplo, Silva Ramos, em carta endereçada a Mário Barreto em 1919 – *apud* PINTO, p. 447).

O primeiro a chamar a atenção para o fato de que os clássicos desmentiam as regras parece ter sido José Veríssimo. Comentando, em texto de 1907, a polêmica em torno da redação do Código Civil, diz ele (*apud* PINTO, p. 254-255):

Não podendo muitas vezes contestar as razões e os testemunhos que em contrário a conceitos seus e do Parecer lhe opunham, o ilustre publicista [Rui Barbosa] mostrou-lhes com largo conhecimento dos fatos e dos clássicos, que tinha em seu favor razões e testemunhos numerosos e eminentes. O que se pode concluir desta forma de argumentação abundante no seu trabalho, é que nos clássicos há para tudo (grifo nosso). E ao cabo esta verdade ressaltou de toda a discussão do Parecer do Sr. Rui Barbosa e da sua Réplica. A começar pelo professor Carneiro, da Bahia, todos os seus críticos lhe mostraram com exemplos clássicos a sem razão de muitos de seus conceitos. Assim o fizeram não só aquele professor e gramático de profissão, mas, além da comissão parlamentar que opinou sobre o Parecer, o Sr. Clóvis Beviláqua, primeiro redator do Código, o professor Pereira da Fonseca, de Pernambuco, e outros.

Esse fato de que “nos clássicos há para tudo” não envolve nenhum mistério. Primeiro, porque as regras – como vimos acima – foram estabelecidas arbitrariamente, sem maiores estudos ou investigações. E, segundo, porque qualquer norma real – em face da extrema diversidade de usos sociais da língua – é necessariamente caracterizada por variabilidade e flexibilidade.

O clima ideológico da época, contudo, não permitia que se reconhecesse esse fato elementar. O processo, estreitamente concebido, resultou num conceito rígido e inflexível de norma, uma verdadeira camisa-de-força. Só restava mesmo acusar os clássicos de “erro”. Nada disso se alterou em 100 anos: a norma continua sendo entendida como uma rígida camisa-de-força; e os gramáticos continuam a apontar “erros” nos clássicos, conforme se pode observar, por exemplo, em vários comentários constantes da mais recente edição (dita “revista e ampliada”) da *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo BECHARA.

O estreitamento da questão vai nos conduzir à situação paradoxal em que nos encontramos ainda hoje. Se os puristas consideravam que os clássicos não podiam ser referência segura; se se descartava qualquer possibilidade de um certo uso brasileiro ser legitimado na escrita (com base no “bom senso” e/ou no estudo empírico), que referência sobrava para a norma padrão além do arbítrio dos que se arrogavam o direito de ditar normas, respaldados pelos interesses políticos maiores da elite?

É esse vício de origem a causa de as nossas gramáticas, escritas, em princípio, para “registrar” a norma padrão, tornarem-se elas a própria norma, isto é, criaram-se como códigos que se autojustificam; que recusam a norma real; que desmerecem o trabalho dos escritores; e que excluem qualquer diversificação de suas fontes. Há uma sutil, mas danosa inversão aqui: em vez de dizermos ‘por ser a norma está nas gramáticas’, dizemos ‘por estar nas gramáticas é a norma’.

Se essa é a origem e esse o processo que se consolidou, não é de admirar a reverência acrítica e quase irracional (pois não admite contestação) com que ainda hoje nos relacionamos com a gramática, nem o dogmatismo e o obscurantismo com que se trata as questões da norma padrão entre nós.

Certamente o caso mais emblemático de todo esse processo (mas não o único) foi a famigerada questão da colocação dos pronomes. Mário de Alencar (*apud* PINTO, p. 457-468) escreveu, em 1919, uma interessante retrospectiva dessa questão que teria começado a se formular ainda na década de 1870 (ver, por exemplo, a referência de Alencar ao assunto em seu *Prefácio* à segunda edição de *Iracema* – *apud* PINTO, p. 79), mas que tomou corpo a partir de 1880, quando Artur Barreiros publicou, na *Revista Brasileira*, um artigo sobre o tema.

Segundo as palavras de Mário de Alencar, o assunto assumiu o aspecto de fetichismo e “para não faltar em cousa alguma ao feito sectário, tornou-

se fanatismo. Era a condição instintiva para vencer e dominar. E o caso é que venceu e dominou”.

Não é à toa, portanto, que a diferença na colocação dos pronomes entre o texto constitucional de 1824 e o de 1891 seja gritante, conforme aponta PAGOTTO (1998). Diz ele em seu artigo (p. 52):

No caso dos clíticos, foi feito um pequeno estudo quantitativo sobre todos os casos constantes nos dois textos. A diferença é gritante. A constituição do império chega a apresentar casos severamente condenados pela atual norma culta, como começar a sentença pelo clítico.

Assim, o texto constitucional de 1891 é marco significativo da vitória conservadora que vai receber seu coroamento com as volumosas críticas de Rui Barbosa à linguagem do projeto do Código Civil, nos primeiros anos do século XX. Embora tais críticas tenham merecido diversas contraposições, José Veríssimo, comentando o assunto em 1907, destaca o grande efeito dessa polêmica sobre a imagem que se tem da relação dos brasileiros com a língua, imagem essa que é ainda tão forte entre nós. Diz ele (*apud* PINTO, p. 254):

Passando o Sr. Rui Barbosa pela nossa maior competência no assunto, muito grande foi o efeito do seu Parecer. A verdade é que quaisquer que fossem os defeitos e até desacertos, depois demonstrados, da sua crítica e de seus reparos, a impressão geral deixada pelo exame da redação do Código não pode ser senão que essa redação é má, e, portanto, como eu disse então, que nós não sabemos a nossa língua. A respostas que lhe deram e críticas que lhe fizeram, retrucou o Sr. Rui Barbosa com a ainda mais famosa Réplica, in-folio de 214 páginas, em tipo miúdo, material para um grande e grosso volume. E, talvez, hoje o mais copioso repertório sobre as questões e até questiúnculas que dividem os gramáticos da língua.

A voz conservadora veio, desde os anos 70, se delineando com mais clareza e foi construindo seus instrumentos de consolidação e difusão.

Se acompanharmos, cronologicamente, os textos coletados por PINTO (1978), podemos visualizar um crescendo no antagonismo dos dois grupos antes mencionados.

Vamos encontrar referências genéricas ao purismo ou às peculiaridades brasileiras até, digamos, os fins dos anos 60. É a partir deste momento que vão começar a ocorrer as grandes polêmicas em torno da correção da escrita dos escritores brasileiros, notadamente envolvendo José de Alencar. Podemos dizer, então, que essas polêmicas vão ser o grande divisor de águas: elas alimentam a voz conservadora e desequilibram progressivamente o debate a seu favor.

Da década de 70, vale lembrar ainda a intervenção de Machado de Assis (cujo texto de 1873, comentaremos adiante) e o fato de que o Colégio Pedro II cria, em 1871, a primeira cátedra com o nome de Língua Portuguesa.

Certamente não é gratuito o gesto de se abandonar a denominação anterior das aulas de português ('Retórica Nacional') exatamente nesse período. O Colégio Pedro II fora criado para ser a instituição de referência de todo o sistema de educação média do país. No caso de Língua Portuguesa, ele cumprirá essa tarefa por diversos meios.

Em primeiro lugar, cabia-lhe definir os Programas de Português, isto é, os tópicos que deveriam ser tratados no ensino e avaliados nos exames. Tais programas se cristalizaram, em nossa tradição escolar, como verdadeiras normas programáticas para o ensino de português. Ainda hoje esses programas se repetem, se não em documentos curriculares oficiais mais recentes (principalmente a partir da década de 1980), na ideologia da escola e, por conseqüência, na organização de boa parte dos livros didáticos. E, claro, nos programas de ingresso em diferentes escolas públicas e no ensino superior; e, desde a criação do DASP, na década de 1930, nos programas de concursos para ingresso no serviço público. Aos poucos, estabeleceu-se, nessa esfera, um forte círculo vicioso: os concursos dão como justificativa de seus programas a programação escolar; e as escolas justificam sua programação pelos programas dos concursos.

Outro aspecto da ação institucional do Colégio Pedro II foi a produção por seus catedráticos de Língua Portuguesa de gramáticas escolares. Isso acabou por fazer escola na definição do que deveria ser considerado como "boa linguagem", modelo que até hoje nossas gramáticas simplesmente repetem.

Esse quadro todo contribuiu significativamente para a construção não só de diretrizes para o ensino, mas principalmente para a disseminação e consolidação da atitude normativista (que ainda nos atormenta), combinando o purismo com a síndrome do erro.

Os anos 80 serão o momento do mais significativo avanço da lusitanização da norma. Como destaca GUIMARÃES (1996), é a década em que se intensifica o processo de gramatização brasileira do português com a multiplicação das gramáticas. E, particularmente, é a década em que se faz um esforço de definição das “estruturas corretas” da língua. E a década de 90 fecha o século XIX com a criação da Academia Brasileira de Letras, outro instrumento importante da voz conservadora, como vimos acima com o discurso de Joaquim Nabuco, muito embora seu primeiro presidente fosse antes um conservador flexível, o que já se podia observar, por exemplo, em seu texto de 1873, o famoso *Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade (Obra Completa-III, p. 801-809)*, em cuja parte final, Machado de Assis trata especificamente da língua.

Nestes seus comentários, há movimentos argumentativos bastante interessantes. O primeiro lance é a observação de que falta a muitos de nossos livros a “pureza da linguagem”, isto é, há neles, seja por ignorância, preguiça, mas principalmente por exageração de princípio, “os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta o da excessiva influência da língua francesa” (p. 808).

Machado, ao referir-se, em seguida, às divergências entre os escritores sobre essa questão, está, claramente, tomando partido nas polêmicas sobre a língua (em franca efervescência nesse início dos anos 70): mostra-se conservador e critica aqueles que adotam os “solecismos da linguagem comum” como princípio literário.

No lance seguinte, contudo, Machado mostra-se flexível, escrevendo um parágrafo em que reconhece que as línguas mudam e “alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes”, criticando aqueles que querem que a “nossa pare no século de quinhentos” e não aceitam que a sua transplantação para a América tenha-lhe inserido riquezas. Nesse processo de alteração e enriquecimento, “a influência do povo é decisiva”.

E seu terceiro lance argumentativo é levantar a tormentosa questão dos limites (“A influência popular tem um limite”), já presente, como vimos acima, em Gonçalves Dias. E os tais limites estariam dados pelas “leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma”. Reitera-se aqui a crença de que a questão é inerentemente lingüística, cabendo ao escritor exercer

“também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão”.

Pode-se dizer, então, que esse texto de Machado é o momento de síntese do raciocínio conservador flexível que pode ser resumido no lema “mudanças sim, mas com limites”, sem que se saiba concretamente como estabelecê-los, mas atribuindo aos escritores a tarefa de fixar a norma por um processo de depuração e aperfeiçoamento da linguagem do povo. A mesma perspectiva de Alencar que, em 1870, dizia que os escritores é que “talham e pulem o grosseiro dialeto do vulgo” (*apud* – PINTO, p. 74). Para os dois, portanto, caberia, digamos assim, ao “bom senso” dos escritores estabelecer os limites entre a boa e a má inovação.

Vinte e cinco anos depois, em seu discurso de encerramento das atividades de 1897 da Academia recém-fundada, delineando a programação da entidade para o ano seguinte, Machado aponta, como uma das metas, a necessidade de coligir “alguns elementos do vocabulário crítico dos brasileirismos entrados na língua portuguesa e das diferenças no modo de falar e escrever dos dois povos, como nos obrigamos por um artigo do regimento interno” (*Obra Completa-III*, p. 927).

De certa forma, volta à cena a tese de Alencar da necessidade do estudo empírico, tarefa agora atribuída à Academia que, segundo palavras de Machado, “trabalhando pelo conhecimento desses fenômenos buscará ser, com o tempo, a guarda da nossa língua”, defendendo-a “daquilo que não venha das fontes legítimas – o povo e os escritores – não confundindo a moda, que perece, com o moderno que vivifica”.

Seria, portanto, o estudo empírico, feito com “diuturnidade paciente”, que permitiria à Academia traçar os sempre mencionados limites, defendendo a língua do que “não venha das fontes legítimas” (o povo e os escritores), mas não confundindo a moda e o moderno; o que perece e o que vivifica. Observação semelhante Machado já fizera em seu texto de 1873, ao isentar os escritores de “receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr”.

Sempre o mesmo esforço de conviver com as mudanças, mas dentro de limites; ou, como ele dirá logo à frente no discurso de 1897, guardar “em águas tranquilas e sadias” o que vier com a marcha do tempo. E sempre a mesma indefinição sobre como traçar os limites.

Interessante notar, por fim, que para Machado estava claro nesse fim de século XIX que “guardar não é impor; nenhum de vós tem para si que a Academia decreta fórmulas”. Embora falasse, em 1873, em “pureza da

linguagem” e em “essencial pureza do idioma”, Machado não se aliou aos normativistas que trabalhavam exatamente no sentido da imposição de um modelo rígido de língua; e que, pelo final dos anos 90, falavam muito em “proteger”, “defender” a língua (como se podia ver, por exemplo, nas falas de Olavo Bilac, que incluía a “defesa da língua” entre as metas de sua Liga de Defesa Nacional).

Esse discurso, que vai se espalhar pelo século XX, está ainda bem vivo entre nós, como mostra, por exemplo, a justificativa que o deputado Aldo Rebelo oferece a seu projeto de lei no. 1676/1999 que, exatamente, “dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa”.

A todos aqueles “defensores” da língua, Machado lembra que “para guardar uma língua, é preciso que ela se guarde também a si mesma”; e que o melhor dos processos para isso “é ainda a composição e a conservação de obras clássicas” (p. 927-28).

Podemos dizer que Machado – por não estar diretamente envolvido com as polêmicas da década de 70, por ser figura de especial destaque cultural no final do século XIX e, principalmente, por praticar uma prosa moderna (conservadora, mas não purista, sem os “excessos de lusitanismo” de que falara Gonçalves Dias) – é quem melhor sintetiza uma postura de compromisso nas guerras em torno da língua.

A ironia de tudo isso, porém, é que essa postura de compromisso, da qual Machado é um emblema, não conseguiu vencer, no plano ideológico, a perspectiva purista e normativista. Essa postura de compromisso não conseguiu se estabelecer hegemonicamente no nosso modo de compreender e dizer a questão da língua portuguesa no Brasil. Em consequência disso, até hoje continuamos sem saber como administrar as significativas diferenças entre a norma culta e a norma cultuada; sem encontrar caminhos para diminuir o fosso entre o praticado e o imposto como ideal. Até hoje continuamos a insistir em reproduzir uma autoridade gramatical fruto de puro arbítrio.

Referências Bibliográficas

- BECHARA, Evanildo (1999). *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro, Editora Lucerna.
- GUIMARÃES, Eduardo (1996). “Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira”. In: GUIMARÃES, Eduardo &

- ORLANDI, Eni P. (orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, Pontes, p. 127-138.
- MACHADO DE ASSIS. *Obra completa-III* (1973). Rio de Janeiro, José Aguilar Editora.
- PAGOTTO, Emílio G. (1998) “Norma e condescendência: ciência e pureza”. *Línguas e instrumentos lingüísticos* (2), jul-dez/98, Campinas, Pontes, p. 49-68.
- PINTO, Edith P. (1978) *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1- 1820/1920, Fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- RODRIGUES, José Honório (1985). *História viva*. São Paulo, Global.

